

PINGA-FOGO

■ **GOVERNO DO RJ SE POSICIONA SOBRE TELÉGRAFO DO ALEMÃO** - Após a publicação da nota “Equipamentos do novo teleférico do Alemão apodrecem em portos por miopia governamental”, o Governo do Estado do Rio de Janeiro enviou a seguinte nota que, de praxe da Coluna Magnavita, publica na íntegra a seguir:

■ “Em relação ao conteúdo sobre o Teleférico do Complexo do Alemão divulgado nesta quinta-feira (02/07), o Governo do Estado esclarece que a obra estava praticamente paralisada quando a atual gestão assumiu de maneira interina no último mês de março. Além disso, a garantia dos cabos que serão utilizados no teleférico – adquiridos pelo valor de R\$ 105 milhões – estava prestes a expirar, uma vez que os equipamentos foram adquiridos de maneira precoce (muito antes da instalação). A obra não poderia continuar sem que o problema da garantia dos cabos fosse solucionado. Em pouco mais de três meses, o Governo do Rio avançou com a renegociação da extensão da garantia dos cabos do teleférico, na licitação para a operação do sistema e nos pagamentos em aberto para a empresa responsável pelas obras.

■ Desde o primeiro dia da gestão do Governador Ricardo Couto, a Casa Civil vem buscando, junto à SEIOP, encontrar uma solução que contemple o interesse público, a legalidade, a eficiência e a moralidade administrativa. Nesse sentido, ajustou-se o cronograma da obra, de modo a permitir a instalação dos cabos e demais equipamentos adquiridos. Também se procurou equacionar o passivo com a empresa contratada, que estava na casa de mais de 20 milhões de reais. A solução definitiva será em breve anunciada. Uma auditoria específica foi determinada no contrato referente ao Teleférico do Complexo do Alemão”.

■ **UERJ SE PRONUNCIA SOBRE CONTRATO DE R\$ 23 MILHÕES** - Em relação à nota “A ousadia do contrato de R\$ 23 milhões da UERJ em pleno Governo de Ricardo Couto”, publicada no último dia 29 de junho, a Reitoria da UERJ enviou a seguinte nota ao Correio da Manhã:

■ Desde que tomou posse em 2024, a Reitoria da Universidade do Estado do Rio de Janeiro vem atuando para aperfeiçoar os processos de criação, gestão e fiscalização de licitações e contratos. Sobre as alegações publicadas na coluna Magnavita, no Correio da Manhã de ontem (30/6), a Uerj informa que o processo licitatório em questão ainda não foi concluí-



claudio.magnavita@gmail.com

MAGNAVITA



@colunamagnavita

Gustavo Tutuca reúne familiares, amigos e autoridades em lançamento de livro no RJ - Parte II

FOTOS CM



Foram mais de três horas de autógrafos, abraços e fotos com o anfitrião Gustavo Tutuca no lançamento do seu livro, publicado pela Editora Correio da Manhã: “Turismo: da retomada ao recorde — O maior desafio da minha vida pública”



Netto Moreira, diretor do Cluster de Luxo e rede Accor, com o empresário Alexandre Accioly vendo as histórias do livro



O vereador Diego Faro também marcou presença no evento e adquiriu seu exemplar na Livraria da Travessa do Leblon



O publisher do Correio da Manhã, Claudio Magnavita, com Roberto (Roque) Maciel, do restaurante Páreo, e Marco Simões, secretário do Gabinete do Governador do Rio



O subsecretário de Estado de Turismo, Nilo Sérgio Felix prestigiando o amigo Tutuca



Da esq. para dir: Pablo Kling, secretário de Desenvolvimento Econômico e Turismo de Rio das Ostras; Marco Simões; Lucas Alves, secretário de Estado de Turismo do Rio; Nilo Sérgio Felix, subsecretário de Estado de Turismo do Rio; Marcelo Monfort, subsecretário de Eventos da Setur-RJ; e Nei Carvalho, secretário Municipal de Turismo de Petrópolis

William Rocha debate Direito Digital em seminário da EMERJ

OAB-RJ

Sócio do escritório Terra Rocha Advogados, diretor de Inclusão Digital e Inovação da OAB-RJ e especialista em Direito Digital, o advogado William Rocha será debatedor do Painel 2, com o tema “Organização da Informação Jurídica e Legal Design Cognitivo”, durante o seminário “Neurociência Aplicada ao Direito – Cognição e Tecnologia no Sistema de Justiça”, promovido pela EMERJ (Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro). O evento será realizado no dia



Especialista em Direito Digital, William Rocha participa do seminário na próxima semana

8 de julho, das 9h às 18h, no Auditório Desembargador Paulo Roberto Leite Ventura, na Rua Dom Manuel, 25, 1º andar, Centro do Rio.

O encontro é promovido pelo Fórum Permanente de Justiça na Era Digital da EMERJ, presidido pelo desembargador Nagib Slaibi Filho. O seminário será realizado em formato híbrido, com participação presencial e transmissão ao vivo pela plataforma Zoom e pelo canal oficial EMERJ-Eventos no YouTube.

do, estando na fase recursal. Nenhum resultado foi homologado até aqui e, antes da definição do vencedor do certame, o processo ainda passará pela avaliação da Procuradoria Geral da Uerj, para referendar a sua legalidade. Portanto, nenhum valor entre os mencionados teve a sua destinação estabelecida. As acusações dirigidas à Universidade não procedem. Também não passam de especulações vazias de sentido as menções às planilhas dos concorrentes, se esses dados são apenas parte das exigências da disputa, havendo muitos outros

critérios para estabelecer a conformidade e a capacidade técnica para a habilitação à prestação do serviço. Como a coluna não consultou a Universidade antes da publicação, gostaríamos de solicitar a veiculação deste esclarecimento.

■ **MULTIPLY SE PRONUNCIA - Ainda sobre a nota em relação ao contrato de R\$ 23 milhões da UERJ, a Multiply também enviou a seguinte nota de esclarecimento:**

■ “A empresa reconhece a importância da liberdade de im-

prensa, do jornalismo investigativo e da fiscalização dos atos praticados pela Administração Pública. Contudo, o exercício dessas relevantes funções deve estar acompanhado da adequada verificação dos fatos, especialmente quando a publicação imputa a uma empresa nominalmente identificada a prática de fraude, irregularidade e comportamento desonesto.

■ A matéria afirma, entre outros pontos, que a MULTIPLY teria apresentado “proposta fraudada”, ganhado na “irregularidade”,

utilizado salários inferiores aos legalmente devidos e se recusado a corrigir sua proposta. Também sustenta que as demais concorrentes teriam agido corretamente e seriam prejudicadas por terem sido “honestas”.

■ Essas afirmações não correspondem ao conteúdo integral do processo administrativo e atingem diretamente a honra objetiva, a credibilidade e a reputação comercial da empresa. (Leia na íntegra em nosso site as alegações da empresa)